

Relatora da Subcomissão de Ciência entrega relatório

Da Sucursal de Brasília

A relatora da subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação do Congresso constituinte, Cristina Tavares (PMDB-PE), 50 entregou ontem à subcomissão seu anteprojeto de texto constitucional. A proposta prevê a criação de um Fundo de Desenvolvimento Tecnológico, que teria 5% do lucro das empresas estatais ou privadas que atuam na área de tecnologia, além da participação do governo, com um percentual não definido. Outra inovação é o conceito de mercado interno como "patrimônio da nação", sujeito à medidas governamentais de proteção à tecnologia nacional, como a reserva de mercado.

No financiamento da pesquisa, a

proposta estabelece, além da taxaçoão do lucro das empresas, a contribuição da União com um percentual não fixado de recursos públicos. Obriga também que os organismos de desenvolvimento regional, como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), destinem 5% de seus orçamentos para projetos de pesquisa de universidades da região.

O relatório também contém princípios gerais, como a liberdade de opção para os pesquisadores e o controle social das aplicações tecnológicas. Há um artigo especial sobre a energia nuclear, que proíbe a fabricação e o manuseio de armas atômicas no país e exige a realização de plebiscitos antes da construção de usinas nucleares.

Segundo o relatório, o instrumento da reserva de mercado poderá ser estendido para todas as tecnologias de ponta; a exemplo do que ocorre com a informática. Determina também que o governo utilize seu poder de compra preferencialmente para bens e serviços nacionais.

O relatório estabelece ainda a participação dos trabalhadores na decisão de automatizar as empresas, assegura a privacidade e o acesso dos cidadãos às informações manipuladas pelo Estado e garante a propriedade intelectual sobre invenções e novos processos.

A subcomissão deverá aprovar em linhas gerais o texto da relatora, que deu prazo de cinco dias para a

apresentação de emendas, antes da versão final ser encaminhada à comissão principal. Foram analisadas quase cinco mil propostas.

Inpa

Nove membros da subcomissão estiveram em Manaus anteontem, visitando o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), e ouviram do presidente da entidade, Herbert Schubart, a reivindicação que o Congresso constituinte estabeleça um programa de desenvolvimento para a região compatível com a proteção da fauna e da flora.

Ele defendeu também um programa de parques nacionais efetivo, que aumente a área das reservas naturais do país.

Pesquisadores aprovam maioria das propostas apresentadas

Da Reportagem Local

De maneira geral, os principais pontos contidos no relatório aos membros da subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação do Congresso constituinte foram bem recebidos por representantes da comunidade científica nacional. Mas unanimidade mesmo só para o artigo que proíbe a construção e manuseio de armas nucleares no país.

João Palermo Neto, 42, farmacologista e toxicologista da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo (USP), acha que os recursos que podem vir a ser libera-

dos com a destinação de 5% dos lucros de empresas para a pesquisa são "fundamentais" e permitiriam uma maior relação entre as universidades e as empresas. "Seria um casamento muito bom", afirmou Palermo. Ele demonstrou também ser favorável à reserva de mercado, principalmente na informática. Em outras áreas, como a biotecnologia, Palermo acha que a reserva "ainda é uma vantagem", mesmo correndo o risco de uma defasagem tecnológica em relação a outros países.

Para o diretor do Instituto de Química da USP, Walter Colli, 48, a proposta de destinação de verbas de

empresas para a ciência gera dúvidas. "Isso vai levar à burocratização da distribuição de recursos", afirmou. Colli considera que a melhor maneira de incentivar a indústria a investir em pesquisas é por meio de isenções fiscais: "Não para contratar universidades, mas para elas próprias montarem seus centros de pesquisa. Aí, a interação com a universidade se dará naturalmente. É menos paternalista." Quanto à reserva de mercado, Colli é favorável no caso da informática, mas totalmente contrário em áreas como a biotecnologia e a química fina. "Seria catastrófico", afirmou. Colli tam-

bém acha "inócua" definir uma porcentagem do orçamento da União para ciência e tecnologia. "O certo seria um compromisso moral e político com a ciência. Definidos, por exemplo, 2%, o que garante que esse percentual poderá ser ampliado no futuro?"

Milton Santos, 61, geógrafo da USP, acha que os recursos vindos das empresas servirão de "estímulo à ciência básica e aplicada" e os cientistas devem se organizar para tirar o melhor proveito deles. Santos também considera "fundamental" a reserva de mercado.